



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Especialidade Psicólogo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'PS', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Objetiva de Conhecimentos Teóricos
Discursiva - Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Estudo de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever o Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Estudo de Caso (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



GRUPO I

CONHECIMENTOS TEÓRICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

Creio que, pelo gosto de Gastão Cruls, a modernização do Rio se teria feito, desde os dias do Engenheiro Passos, com muito menor sacrifício do caráter e das tradições da cidade à mística do Progresso com P maiúsculo. Mas nunca se esquece ele de que, sob as descaracterizações e inovações brutais e tantas vezes desnecessárias por que vem passando a mais bela das cidades do Brasil, continua a haver um Rio de Janeiro do tempo dos Franceses, dos Vice-reis, de Dom João VI, dos Jesuítas, dos Beneditinos, dos começos da Santa Casa [...]

*Por mais que tudo isso venha desaparecendo dos nossos olhos e se dissolvendo em passado, em antiguidade, em raridade de museu, continua a ser parte do espírito do Rio de Janeiro. Pois as cidades são como as pessoas, em cujo espírito nada do que se passou deixa inteiramente de ser. O Rio descaracterizado de hoje guarda no seu íntimo para os que, como Gastão Cruls, sabem vê-lo histórica e sentimentalmente, uma riqueza de característicos irredutíveis ou indestrutíveis, que as páginas de **Aparência do Rio de Janeiro** nos fazem ver ou sentir. E este é o maior encanto do guia da cidade que o autor de **A Amazônia que eu vi** acaba de escrever: dar-nos, através da aparência do Rio de Janeiro, traços essenciais do passado e do caráter da gente carioca. Comunicar-nos do Rio de Janeiro que Gastão Cruls conhece desde seus dias de menino de morro ilustre – menino nascido à sombra do Observatório – alguma coisa de essencial. Alguma coisa do que a cidade parece ter de eterno e que vem de certa harmonia misteriosa a que tendem o branco, o preto, o roxo e o moreno – principalmente o moreno – da cor da pele dos seus homens e das suas mulheres, com o azul e o verde quente de suas águas e de suas matas.*

(Rio, setembro, 1948)

Obs.: Texto transcrito de acordo com as atuais normas ortográficas.

(Gilberto Freyre, Trecho do Prefácio. In: Cruls, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, Coleção documentos brasileiros, 2. ed., v. 1, 1952. p. 15-17)

1. ... e que vem de certa harmonia misteriosa a que tendem o branco, o preto, o roxo e o moreno ...

O segmento grifado preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) A ninguém ocorreu demonstrar não seria possível impedir a derrubada de algumas antigas construções.
- (B) Seriam necessários novos e diferentes projetos urbanísticos, permanecessem intocadas as construções originais.
- (C) As autoridades contavam se fizessem consultas à população para definir os projetos de melhoria de toda a área.
- (D) As transformações se refere o historiador descaracterizaram toda a área destinada, de início, a pesquisas.
- (E) A necessidade de inovações foi o argumento se valeram os urbanistas para defender o projeto apresentado.

2. O texto deixa claro, principalmente, que a cidade do Rio de Janeiro

- (A) mantém elementos tradicionais, ao lado de uma necessária transformação, ainda que essa transformação possa descaracterizá-la em alguns aspectos.
- (B) deve voltar-se para a modernidade, assim como as pessoas, em uma evolução natural e necessária para a adequação aos tempos atuais.
- (C) acaba por perder suas características mais importantes em benefício de um discutível progresso, que põe em risco sua beleza natural.
- (D) representa, de maneira visível, as tradições do povo brasileiro e, portanto, é essencial a manutenção das suas características urbanas originais.
- (E) precisa preservar sua identidade original, pois a natureza, que lhe garante o título de a mais bela cidade do Brasil, deve ser tida como intocável.

3. Os dois-pontos que aparecem no 2º parágrafo denotam

- (A) constatação de fatos pertinentes ao assunto.
- (B) enumeração de elementos da cidade e do povo.
- (C) inclusão de segmento especificativo.
- (D) interrupção intencional do fluxo expositivo.
- (E) intercalação de ideia isolada no contexto.

4. Com as alterações propostas entre parênteses para o segmento grifado nas frases abaixo, o verbo que se mantém corretamente **no singular** é:

- (A) *continua a haver um Rio de Janeiro do tempo dos Franceses (tradições no Rio de Janeiro)*
- (B) *do que a cidade parece ter de eterno (as belezas da cidade)*
- (C) *a modernização do Rio se teria feito (as obras de modernização)*
- (D) *Mas nunca se esquece ele de que (esses autores)*
- (E) *por que vem passando a mais bela das cidades do Brasil (as mais belas cidades do Brasil)*



Atenção: As questões de números 5 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Cafezinho

Leio a reclamação de um repórter irritado que precisava falar com um delegado e lhe disseram que o homem havia ido tomar um cafezinho. Ele esperou longamente, e chegou à conclusão de que o funcionário passou o dia inteiro tomando café.

Tinha razão o rapaz de ficar zangado. Mas com um pouco de imaginação e bom humor podemos pensar que uma das delícias do gênio carioca é exatamente esta frase: – Ele foi tomar café.

A vida é triste e complicada. Diariamente é preciso falar com um número excessivo de pessoas. O remédio é ir tomar um “cafezinho”. Para quem espera nervosamente, esse “cafezinho” é qualquer coisa infinita e torturante. Depois de esperar duas ou três horas dá vontade de dizer: – Bem, cavalheiro, eu me retiro. Naturalmente o Sr. Bonifácio morreu afogado no cafezinho.

Ah, sim, mergulhemos de corpo e alma no cafezinho. Sim, deixemos em todos os lugares este recado simples e vago: – Ele saiu para tomar um café e disse que volta já.

Quando a Bem-amada vier com seus olhos tristes e perguntar: – Ele está? – alguém dará o nosso recado sem endereço. Quando vier o amigo e quando vier o credor, e quando vier o parente, e quando vier a tristeza, e quando a morte vier, o recado será o mesmo: – Ele disse que ia tomar um cafezinho...

Podemos, ainda, deixar o chapéu. Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo. Assim dirão: – Ele foi tomar um café. Com certeza volta logo. O chapéu dele está aí...

Ah! Fugamos assim, sem drama, sem tristeza, fugamos assim. A vida é complicada demais. Gastamos muito pensamento, muito sentimento, muita palavra. O melhor é não estar.

Quando vier a grande hora de nosso destino nós teremos saído há uns cinco minutos para tomar um café. Vamos, vamos tomar um cafezinho.

Rio, 1939.

(Rubem Braga. **O Conde e o passarinho & Morro do isolamento.** Rio de Janeiro: Record, 2002. p.156-7)

5. Com relação ao episódio com que inicia a crônica, o autor se mostra

- (A) solidário com o repórter na raiva que este experimentou ao esperar inutilmente pelo delegado e, ainda que de modo bem humorado, inteiramente avesso aos desvios de conduta de uma autoridade.
- (B) indiferente à irritação do repórter e condescendente em relação à ausência do delegado, acreditando que as complicações da vida justificam inteiramente a necessidade de se recorrer à desculpa do café.
- (C) compreensivo em relação à cólera do repórter, mas disposto a tomar o pretexto do café de que se vale o delegado para considerar, de modo bastante irônico, as razões de seu uso generalizado.
- (D) crítico intransigente tanto do comportamento do delegado, por ter deixado o repórter esperando por tanto tempo, como da atitude deste último, que não soube considerar a situação com ironia e bom humor.
- (E) propenso a julgar a reação do repórter de modo muito mais severo do que a conduta do delegado, sugerindo ter havido grande exagero na afirmação de que este passara o dia inteiro tomando café.

6. *Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo. Assim dirão...*

Mantendo-se a correção e o sentido original, as frases acima estão reunidas num único período em:

- (A) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo: porquanto assim dirão...
- (B) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, por que assim dirão...
- (C) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo e ainda assim dirão...
- (D) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, pois assim dirão...
- (E) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, conquanto assim dirão...

7. *Quando vier o amigo e quando vier o credor, e quando vier o parente, e quando vier a tristeza, e quando a morte vier, o recado será o mesmo: – Ele disse que ia tomar um cafezinho...*

Do teor da crônica e da enumeração presente no segmento acima, pode-se depreender corretamente:

- (A) A introversão exagerada estende a aversão tanto às coisas más quanto às boas.
- (B) Os que nos procuram não costumam se esforçar de modo efetivo para nos encontrar.
- (C) O reconhecimento de que a vida é triste não acaba com o desejo de perpetuá-la.
- (D) A misantropia pode levar a uma tristeza que só termina com a morte.
- (E) As desculpas dadas de modo muito frequente acabam perdendo todo o sentido.

8. Os verbos que exigem o mesmo tipo de complemento estão empregados nos segmentos transcritos em:

- (A) *Para quem espera nervosamente... // Depois de esperar duas ou três horas...*
- (B) *Tinha razão o rapaz... // ... mergulhemos de corpo e alma no cafezinho.*
- (C) *A vida é triste e complicada. // ... mergulhemos de corpo e alma no cafezinho.*
- (D) *... alguém dará o nosso recado sem endereço. // A vida é triste e complicada.*
- (E) *Tinha razão o rapaz... // Depois de esperar duas ou três horas...*

9. A frase que admite transposição para a voz PASSIVA é:

- (A) *Leio a reclamação de um repórter irritado...*
- (B) *... precisava falar com um delegado...*
- (C) *Quando a Bem-amada vier com seus olhos tristes...*
- (D) *O chapéu dele está aí...*
- (E) *... chegou à conclusão de que o funcionário...*



10. ... e chegou à conclusão de que o funcionário passou o dia inteiro tomando café.

Do mesmo modo que se justifica o sinal indicativo de crase em destaque na frase acima, está correto o seu emprego em:

- (A) e chegou à tempo de ouvir as conclusões finais.
- (B) e chegou finalmente à inevitável conclusão.
- (C) e chegou à conclusões as mais disparatadas.
- (D) e chegou à uma conclusão totalmente inesperada.
- (E) e chegou então à tirar conclusões precipitadas.

Atenção: As questões de números 11 a 16 referem-se ao texto abaixo.

Esquerda e direita

O DNA é de esquerda ou de direita? Ele fornece argumentos para todos. Prova que todos nascem com o mesmo sistema de códigos genéticos, e portanto são iguais – ponto para a esquerda –, mas que cada indivíduo tem uma senha diferente, ponto para a direita. Na velha questão *biologia × cultura*, o DNA dá razão a quem diz que características adquiridas não são hereditárias, nenhuma experiência cultural afeta os genes transmitidos e a humanidade não ficará mais virtuosa – muito menos socialista – com o tempo. Mas a própria descoberta do DNA e todas as projeções do que se tornou possível com a manipulação do material genético mostram como o ser humano pode, sim, interferir na sua própria evolução, e como existe nele uma determinação inata para o autoaperfeiçoamento. Parafraseando Marx: os cientistas sempre se preocuparam em compreender o ser humano, agora devem tratar de mudá-lo.

A indefinição dos nossos genes é apenas mais um numa longa lista de paradoxos que nos dividem. É “de esquerda” ser a favor do aborto e contra a pena de morte, enquanto *direitistas* defendem o direito do feto à vida, porque é sagrada, e ao mesmo tempo o direito do Estado de tirá-la, embora não gostem que o Estado interfira em outras áreas. A direita valoriza o indivíduo acima da sociedade, que seria uma abstração, mas aceita a desigualdade social, ou o sacrifício de muitos indivíduos pelo sucesso de poucos, como natural. A esquerda muitas vezes atribui a um líder superpersonalizado a incongruente realização de um humanismo igualitário.

Feliz é a mosca, que tem mais ou menos a nossa estrutura genética, mas absolutamente nenhum interesse nas suas implicações.

(Adaptado de Luís Fernando Veríssimo. **O mundo é bárbaro**)

11. Considerando-se o contexto, deve-se entender que o segmento

- (A) A *indefinição dos nossos genes* diz respeito ao estado ainda incipiente e vacilante das pesquisas no campo da genética.
- (B) A *direita valoriza o indivíduo acima da sociedade, que seria uma abstração* acentua a supremacia de uma típica tese coletivista.
- (C) *Ele fornece argumentos para todos* refere-se à alternância de poder entre a esquerda e a direita, ao longo da história.
- (D) *ponto para a esquerda* revela a indicação de um fato que favorece, a princípio, uma posição ideológica dos socialistas.
- (E) *Na velha questão biologia × cultura* alude à clássica disputa entre as ciências humanas e as ciências exatas.

12. O autor admite que, com a descoberta e com a possibilidade de manipulação do sistema de códigos genéticos (DNA),

- (A) tanto a esquerda como a direita deixarão de encontrar argumentos para suas posições, de vez que é a ação do código genético que determina uma opção política.
- (B) ficará ainda mais acirrada a oposição entre a esquerda e a direita, pois uma e outra reivindicarão para si o direito de gerenciar os dividendos de uma ciência tão lucrativa.
- (C) não haverá mais como estabelecer qualquer distinção entre o que sempre foi “de direita” e o que sempre se definiu como “de esquerda”.
- (D) acabarão de vez os desequilíbrios sociais, pois será possível superar as desigualdades com base em seguros critérios de justiça, que são hereditários.
- (E) os homens poderão favorecer determinados aspectos de sua evolução, atendendo assim a uma inclinação da espécie para seu próprio aprimoramento.

13. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Um dos vários paradoxos enunciados no texto é o de que a esquerda, que valoriza a vida, acaba defendendo posição similar à da direita, nos casos do aborto e da pena de morte.
- II. Ao contrário da direita, a esquerda encoraja as iniciativas do Estado, quando estas promovem a valorização do indivíduo sem abonar, no entanto, qualquer forma de personalismo.
- III. A paráfrase de uma afirmação de Marx deixa ver que este alimentava a convicção de que os homens são capazes de se transformarem a si mesmos, em sua trajetória.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.



14. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais em:

- (A) Felizes são as moscas, que nem precisavam saber nada de política ou de DNA para irem levando sua vida em conformidade com o que a natureza lhes determinasse como destino.
- (B) A esquerda já chegou a glorificar a ação de líderes personalistas, cujo autoritarismo obviamente excedia os limites de uma sociedade que se queria justa e igualitária.
- (C) Os cientistas devem, a partir de agora, tratar de mudar o ser humano, mesmo que até hoje não revelariam mais do que um pálido esforço ao buscar compreendê-lo.
- (D) O que for de esquerda ou de direita teria sido agora relativizado pelas descobertas do DNA, cujas projeções têm esvaziado essa clássica divisão.
- (E) Se os cientistas vierem a se preocupar com as questões ideológicas de que as futuras descobertas se revestissem, terão corrido o risco de partidizar a ciência.

15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher adequadamente a lacuna da frase:

- (A) A um direitoista não (**deixar**) de assustar, quando isso não lhe convém, iniciativas econômicas que o Estado reivindica para si.
- (B) Não (**parecer**) uma incongruência, para os esquerdistas, os excessos personalistas do líder de um movimento socialista.
- (C) Não (**corresponder**) aos surpreendentes dobramentos da descoberta do DNA análoga evolução no plano das questões éticas.
- (D) Mesmo a um pesquisador de ponta não (**haver**) de convir as disputas éticas, pois ele ainda engatinha nessa nova descoberta.
- (E) De todas as projeções que se (**fazer**) a partir da manipulação do DNA, a mais assustadora é a programação de tipos pessoais.

16. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Ao se reportar às posições de direita e de esquerda, o autor identificou contradições em ambas, deixando claro que a nenhuma cabe reivindicar o mérito da coerência absoluta.
- (B) As moscas, quem diria, ostentam nossa mesma estrutura genética, afirma o autor, mas nem sequer se comprazem ou o lamentam, pois não implicam nada que não lhes diga respeito.
- (C) Habitualmente humorista, nem por isso Luís Fernando Veríssimo se exime ao tecer críticas sérias, postulando assim um equilíbrio entre o riso e a contenção jocosa.
- (D) O homem ainda está longe de ratificar o alcance da descoberta do DNA, onde as projeções mais ousadas fazem lembrar a ficção científica, ou mesmo muito além dela.
- (E) Interessou ao autor debater, uma vez mais, a eterna cisãnia entre esquerda e direita, a estar sendo alimentada pela evolução das descobertas do DNA e pelas projeções de onde derivam.

Atenção: As questões de números 17 a 22 referem-se ao texto abaixo.

*Joaquim Manuel de Macedo ficou famoso por causa de **A Moreninha** (1844), romance que virou sinônimo do gênero romântico no Brasil e já fez muitas moçoilas e rapazes barbados chorarem. Dr. Macedinho, como era popularmente conhecido, editaria a obra às próprias custas e não se arrependeria: o livro converteu-se em nosso primeiro best-seller. A despeito do sucesso, o ganha-pão do escritor seria obtido a partir da atividade como jornalista, articulista e cronista. Médico de formação, Macedo enveredaria pela literatura de maneira ampla. Num momento em que parecia natural cruzar a ponte entre jornalismo e literatura, Macedinho sagrou-se personagem descolado no Rio de Janeiro de Pedro II.*

E começou cedo: com apenas 24 anos, além de se dedicar ao romance, passou às páginas de jornal. Porém, se sua obra ficcional é conhecida, a produção jornalística é pouco divulgada. A desproporção é gritante, uma vez que o escritor publicou durante quatro décadas em vários órgãos cariocas. Apenas no sisudo Jornal do Comércio, reduto conservador dos mais estáveis, Macedo foi presença cativa durante 25 anos, sem interrupção. Suas colunas ocupavam o espaço prestigioso do rodapé da primeira página de domingo, dia em que a circulação duplicava.

Macedo era mesmo um agitador. Ajudou a criar uma tradição para nossas artes, letras e história. Nosso escritor usaria de suas boas relações e da sua literatura ágil para fortalecer seu grupo, empenhado na construção cultural do país.

(Lília Moritz Schwarcz. **O Estado de S. Paulo**, sabático, S6, 26 de março de 2011, com adaptações)

17. Destaca-se no texto

- (A) a participação de Macedo como importante colunista no Rio de Janeiro, centro difusor de cultura durante o Império.
- (B) a influência de uma imprensa politizada na vida do Rio de Janeiro, responsável pela divulgação de romances no século XIX.
- (C) a agitação cultural do Rio em pleno século XIX, que obrigou Macedo a optar pela atividade jornalística.
- (D) a existência de um vasto público voltado para a leitura de obras de caráter romântico, ainda no século XIX.
- (E) o papel desempenhado por romancistas na difusão do hábito de leitura entre rapazes e moças durante o século XIX.



18. *A despeito do sucesso, o ganha-pão do escritor seria obtido...*

O elemento grifado acima pode ser corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por

- (A) Em vista do
- (B) A partir do
- (C) Em razão do
- (D) Conquanto o
- (E) Em que pese o

19. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- (A) o valor literário da enorme produção jornalística de Macedo é superior ao de suas obras de ficção, apesar do estrondoso sucesso de **A Moreninha**.
- (B) a pouca divulgação da produção jornalística de Macedo é injustificável diante do reconhecimento do público e de sua permanência na imprensa da época.
- (C) o romancista, por ser médico, ainda que conceituado, precisou editar obras de seu próprio bolso, diante de um público leitor pouco receptivo.
- (D) a sociedade do Rio de Janeiro do Império apreciava romances românticos, em oposição ao realismo veiculado nos noticiários, embora os jornalistas fossem bastante admirados.
- (E) o vasto círculo de relações sociais de Macedo fez com que ele se transformasse em figura reconhecida nos meios literários pelo valor de suas crônicas.

20. O assunto central aponta para o papel de Macedo como

- (A) militante político responsável por diferentes causas sociais.
- (B) defensor de uma visão romântica da vida cotidiana brasileira.
- (C) autor do primeiro *best-seller* da literatura brasileira.
- (D) escritor atuante, tanto nos meios literários como na atividade jornalística.
- (E) médico popularmente reconhecido no Rio de Janeiro da época.

21. *... editaria a obra às próprias custas e não se arrependeria: o livro converteu-se em nosso primeiro best-seller.*

Os dois-pontos introduzem segmento

- (A) que, embora redundante, tem o objetivo de realçar a importância da informação.
- (B) explicativo, em que se percebe noção de causa.
- (C) que denota o tempo decorrido entre a publicação da obra e a aceitação do público.
- (D) conclusivo, com ressalva ao que foi expresso anteriormente.
- (E) concessivo, pela oposição de sentido marcado na negação do verbo anterior.

22. *... dia em que a circulação duplicava.*

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:

- (A) *... a produção jornalística é pouco divulgada.*
- (B) *Macedo era mesmo um agitador.*
- (C) *Nosso escritor usaria de suas boas relações ...*
- (D) *... e já fez muitas moçoilas e rapazes barbados chorarem.*
- (E) *... editaria a obra às próprias custas ...*

Atenção: As questões de números 23 a 26 referem-se ao texto abaixo.

*O caso Montaigne na tradição literária da amizade não é propriamente uma exceção. Como os povos felizes, que – já se disse – não têm história: os sentimentos vitais, contentes e contentes, poucas vezes, enquanto vigem, dublam-se em reflexão e discurso. Por isso, certamente, a clave da perda marca tanto essa literatura e a tinge tão estranhamente de melancolia. (É que talvez os relevos dos grandes sentimentos humanos só se deixem mesmo apalpar pelo avesso: a falta permite, mais facilmente, sondar a profundidade do pleno, a dor, do contentamento.) Com efeito, ao pensarmos nos grandes textos sobre a amizade, vêm-nos de imediato à lembrança a bela dissertação do **Lélio** de Cícero, brotada do interior de seu luto pela morte de Cipião, o sensível capítulo das **Confissões** de Santo Agostinho dedicado à memória do amigo, ou mesmo o **Fédon** de Platão e seu relato pungente da morte de Sócrates. Montaigne tem pois predecessores ilustres, e, explicitamente, incorpora o seu texto nessa linhagem.*

E, no entanto, ao ler seu ensaio (livro I, 28), sentimos que dissoa bastante do andamento mais moderado dessas composições da tradição. Sua dissertação, sentimos logo, engata alturas mais elevadas, vibra de modo mais intenso. Montaigne radicaliza. Com ele a grandeza daquelas amizades se expande num elemento mais vasto, desafia a moderação, vai ao superlativo. A estreita proximidade das almas se ultrapassa; chega à fusão e assim toca o sublime.

(Fragmento adaptado de Sérgio Cardoso. Paixão da igualdade, paixão da liberdade: a amizade em Montaigne. **Os sentidos da paixão**. S.Paulo: Cia. das Letras, 1987. p.162-3)

23. Com a comparação feita no início do texto, o autor sugere que

- (A) a história de indivíduos e povos é uma oscilação constante entre momentos de felicidade e momentos de dor.
- (B) o sentimento de amizade que une os indivíduos não é diferente daquele que unifica um povo, vínculo responsável pela felicidade de todos.
- (C) os períodos de felicidade, ao contrário dos momentos de dor, não costumam ser registrados nem pelos povos, nem pelos indivíduos.
- (D) a felicidade é uma quimera tanto para o indivíduo quanto para os povos, o que é comprovado pelas memórias individuais e pelos registros históricos.
- (E) o indivíduo tem em comum com um povo o hábito de não refletir sobre os acontecimentos senão nos momentos de maior felicidade.



24. *(É que talvez os relevos dos grandes sentimentos humanos só se deixem mesmo apalpar pelo avesso: a falta permite, mais facilmente, sondar a profundidade do pleno, a dor, do contentamento.)*

Atente para as afirmações seguintes sobre a pontuação empregada na frase acima, transcrita do 1º parágrafo do texto.

- I. O uso dos parênteses para isolar a frase justifica-se por se tratar de uma digressão que, embora relacionada à reflexão feita no parágrafo, interrompe momentaneamente o fluxo do pensamento.
- II. Os dois-pontos introduzem um segmento que constitui, de certo modo, uma ressalva ao que se afirma no segmento imediatamente anterior.
- III. As vírgulas que isolam o segmento *mais facilmente* poderiam ser retiradas sem prejuízo para a correção e a lógica.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

25. Dentre as características da dissertação de Montaigne que podem ser apreendidas do texto, é correto mencionar:

- (A) Um radicalismo político extremado, que não tem lugar nos relatos politicamente inócuos de seus predecessores.
- (B) A ausência do tema da morte, onipresente nos textos de seus predecessores, o que faz do relato uma verdadeira celebração da vida.
- (C) A tendência ao misticismo, inteiramente ausente dos relatos de seus predecessores, mesmo o de Santo Agostinho.
- (D) A opção por um relato mais imponente e vigoroso, em lugar do tom comedido que seus predecessores adotam.
- (E) O predomínio da imaginação, o que permite incluir o relato antes no campo da ficção, ainda que sublime, do que no da memória.

26. O sentido do elemento grifado NÃO está expresso adequadamente, entre parênteses e em negrito, ao final da transcrição em:

- (A) *Com efeito, ao pensarmos nos grandes textos sobre a amizade, vêm-nos de imediato à lembrança a bela dissertação... (memória)*
- (B) *Com efeito, ao pensarmos nos grandes textos sobre a amizade, vêm-nos... (De fato)*
- (C) *... ou mesmo o **Fédon** de Platão e seu relato pungente da morte de Sócrates. (sereno)*
- (D) *Com ele a grandeza daquelas amizades se expande num elemento mais vasto, desafia a moderação, vai ao superlativo. (ponto mais alto)*
- (E) *... os sentimentos vitais, contentes e continentais, poucas vezes, enquanto vigem, dublam-se em reflexão e discurso. (vigoram)*

Atenção: As questões de números 27 a 30 referem-se ao texto abaixo.

Entre a palavra e o ouvido

Nossos ouvidos nos traem, muitas vezes, sobretudo quando decifram (ou acham que decifram) palavras ou expressões pela pura sonoridade. Menino pequeno, gostava de ouvir uma canção dedicada a uma mulher misteriosa, dona Ondirá. Um dia pedi que alguém a cantasse, disse não saber, dei a deixa: "Tão longe, de mim distante, Ondirá, Ondirá, teu pensamento?" Ganhei uma gargalhada em resposta. Um dileto amigo achava esquisito o grande Nat King Cole cantar seu amor por uma misteriosa espanhola, uma tal de dona Quiçás... O ator Ney Latorraca afirma já ter sido tratado por seu Neila. Neila Torraca, é claro. Agora me diga, leitor amigo: você nunca foi apresentado a um velhinho chamado Fulano Detal?

(Armando Fuad. **Inédito**)

27. É correto afirmar que, ao se valer da expressão

- (A) *Neila Torraca*, o autor se vale de um equívoco de audição inteiramente distinto do que ocorreu em *Fulano Detal*.
- (B) *Menino pequeno*, o autor torna implícito a ela um sentido de **temporalidade**.
- (C) *sobretudo quando decifram (...) pela pura sonoridade*, o autor se refere **exclusivamente** ao equívoco causado pela recepção dos sons.
- (D) *Ganhei uma gargalhada em resposta*, o autor não deixa entrever qual teria sido a pergunta.
- (E) *uma tal de dona Quiçás*, o autor faz ver que o ouvinte se confundiu por não conhecer a personagem.

28. Com base nos casos narrados no texto, é correto afirmar que, por vezes, entre a palavra e o ouvido,

- (A) buscamos reconhecer uma sonoridade apenas por seu efeito acústico, sem lhe emprestar nenhum sentido.
- (B) nossa capacidade criativa faz com que recusemos sons muito usuais, substituindo-os por outros, mais exóticos.
- (C) ocorre um tipo de interferência no modo de recepção que distorce inteiramente o sentido original da mensagem.
- (D) uma falha do aparelho auditivo deforma o som captado, levando o receptor a entender outra coisa.
- (E) a mensagem original se perde porque se ouve uma expressão já adulterada pela má pronúncia de terceiros.

29. Está INADEQUADO o emprego do elemento sublinhado na frase:

- (A) E afinal, por onde andar_á dona Ondirá, senhora misteriosa de quem o leitor foi fã cativo, quando menino?
- (B) E dona Quiçás, a quem Nat King Cole jamais teve a honra de ser apresentado, morará ainda em Madri?
- (C) A traição a que por vezes está sujeita nossa audição pode ter resultados divertidos.
- (D) Os sons das palavras, a cujos poucas vezes dedicamos plena atenção, podem ser bastante enganosos.
- (E) A melodia e o ritmo de uma frase, em cujo embalo podemos nos equivocar, valem pelo efeito poético.



30. É preciso **corrigir**, por falhas diversas, a seguinte frase:
- (A) Pelos sons exóticos das palavras, nos impregnamos da melodia poética a cujo encanto se rendem, imantados, os nossos ouvidos.
 - (B) Há sons indiscrimináveis, como os que se apanha do rádio mau sintonizado ou de uma conversa aliatória, entre terceiros.
 - (C) É possível elaborar-se uma longa lista de palavras e expressões em cuja recepção sonora verificam-se os mais curiosos equívocos.
 - (D) Quem ouve mal não tem necessariamente mau ouvido; pode ter sido afetado pelo desconhecimento de um contexto determinado.
 - (E) Quem não destorce o que ouviu de modo torto acaba por permanecer longe do caminho reto da compreensão.

Informática

31. Dentre as ações possíveis para se aumentar a segurança em programas de correio eletrônico, é INCORRETO dizer que se inclua desligar
- (A) se possível, o modo de visualização de *e-mails* no formato HTML.
 - (B) as opções de exibir imagens automaticamente.
 - (C) o recebimento de mensagens por servidores POP3 e IMAP.
 - (D) as opções que permitem abrir ou executar automaticamente arquivos ou programas anexados às mensagens.
 - (E) as opções de execução de *JavaScript* e de programas *Java*.
32. Com a utilização do editor de textos *Writer* do pacote *BR Office* é possível utilizar um texto selecionado para a criação automática de uma tabela pela opção Converter do menu Tabelas. Ao selecionar a opção de conversão de texto para tabela é apresentado uma tela para a escolha do separador de colunas. É possível escolher entre 3 separadores pré-definidos para essa operação ou ainda definir um caractere pela opção Outros. Dois dos separadores padrão encontrados nessa tela são:
- (A) vírgula e tabulações.
 - (B) barra vertical e ponto e vírgula.
 - (C) vírgula e barra vertical.
 - (D) ponto e vírgula e vírgula.
 - (E) tabulações e parágrafo.
33. Pela utilização do editor de apresentações *Impress*, do pacote *BR Office*, é possível cronometrar a apresentação sendo exibida. Este recurso é acessível por meio da opção Cronometrar, presente no menu
- (A) Editar.
 - (B) Formatar.
 - (C) Ferramentas.
 - (D) Apresentação de slides.
 - (E) Visualização de slides.
34. No *Internet Explorer 8* é possível efetuar tarefas pré-programadas para o texto selecionado em uma página da *Web*, como abrir um endereço físico em um site de mapeamento da *web* ou procurar a definição de uma palavra no dicionário, dentre outras coisas. Quando este recurso está ligado, ao lado do texto selecionado é mostrado um pequeno ícone, que ao ser clicado exibe as opções disponíveis. Este recurso é conhecido como
- (A) *Quick Picks*.
 - (B) Acelerador.
 - (C) Marcador.
 - (D) Menu de contexto.
 - (E) Tarefas Rápidas.
35. No *Microsoft Outlook 2010* é possível ativar opções que irão requisitar que seja devolvida uma confirmação assim que o *e-mail* for lido e/ou entregue ao destinatário. Tais opções são facilmente ativadas na tela de criação de um novo *e-mail*, presentes no menu de Opções, e são chamadas respectivamente:
- (A) Requisitar Notificação de Leitura e Requisitar Notificação de Envio.
 - (B) *Status* de Leitura e *Status* de Envio.
 - (C) Notificação de Leitura e Notificação de Entrega.
 - (D) Notificação de Status de Leitura e Confirmação de Envio.
 - (E) Solicitar Confirmação de Leitura e Solicitar Confirmação de Entrega.

**GRUPO II****LEGISLAÇÃO**

Atenção: As questões de números 36 a 39 referem-se a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

36. Madalena, que reside na cidade do Rio de Janeiro, propôs ação de reparação de dano perante a 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em face de Gregório, que reside em São Paulo, por fato ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. Madalena, em conversa com sua vizinha Nilda, contou a respeito da propositura da ação, encorajando-a, também, a propor ação de reparação de dano na justiça comum da cidade do Rio de Janeiro em face de Matheus, com endereço certo na cidade do Rio de Janeiro, por fato ocorrido na mesma cidade. As citações judiciais serão cumpridas, em regra, por

- (A) via postal no caso de Madalena × Gregório e por Oficial de Justiça no caso de Nilda × Matheus.
- (B) via postal no caso de Madalena × Gregório e pelo Diário Oficial, no caso de Nilda × Matheus.
- (C) Oficial de Justiça em ambos os casos.
- (D) via postal em ambos os casos.
- (E) Oficial de Justiça no caso de Madalena × Gregório e por via postal no caso de Nilda × Matheus.

37. Considere:

- I. Participar, quando solicitado, das audiências, a fim de esclarecer aspectos técnicos da psicologia.
- II. Articular recursos públicos e comunitários para encaminhamento de jurisdicionados e serventuários às instituições e programas a cada caso.
- III. Participar de reuniões inter e intraprofissionais.
- IV. Apresentar relatórios estatísticos trimestrais ao Serviço de Apoio aos Psicólogos.

São deveres e atribuições do Psicólogo, dentre outros, os indicados APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

38. Visando a regularidade e a celeridade dos serviços cartorários de sua Vara, a juíza Vitória poderá criar rotinas complementares, através de

- (A) ato reservado, independente de aprovação de qualquer órgão do Poder Judiciário.
- (B) ato reservado cuja eficácia se sujeita à aprovação da Corregedoria Geral da Justiça.
- (C) ordem de serviço, independente de aprovação de qualquer órgão do Poder Judiciário.
- (D) ordem de serviço cuja eficácia se sujeita à aprovação da Corregedoria Geral da Justiça.
- (E) ordem de serviço cuja eficácia se sujeita à aprovação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

39. Jorge, advogado de Luan, teve acesso à sentença do processo de seu cliente dois dias antes da publicação do pronunciamento judicial no órgão oficial, retirando, inclusive, os autos para melhor analisá-los. Neste caso,

- (A) o prazo processual terá início no dia da disponibilização da informação no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro.
- (B) o serventuário certificará tal fato, constando o dia e a hora em que tal haja ocorrido, iniciando-se a contagem do prazo.
- (C) o prazo processual terá início no primeiro dia útil subsequente ao da data da prolação da sentença.
- (D) o prazo processual terá início no primeiro dia útil subsequente ao da disponibilização da informação no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro.
- (E) o prazo processual terá início no dia da prolação da sentença.



Atenção: As questões de números 40 a 42 referem-se ao Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro.

40. Antônio, desembargador, é portador de doença grave e precisa de tratamento de saúde. De acordo com informações de seu médico, há grandes chances de cura. Porém, para tanto, serão necessários, pelo menos, 60 dias de licença para o tratamento. Referida licença
- (A) independará de inspeção por junta médica, bastando somente um relatório de seu médico e, se concedida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, salvo contraindicação médica, Antônio poderá proferir decisões em todos os processos distribuídos à sua vara, mesmo que lhe hajam sido conclusos para julgamento após a licença.
 - (B) não poderá ser concedida pelo Conselho da Magistratura, tendo em vista que o prazo máximo de licença para tratamento de saúde é de 30 dias.
 - (C) dependerá de inspeção por junta médica e, se concedida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, salvo contraindicação médica, Antônio poderá proferir decisões em processos que, antes da licença, lhe hajam sido conclusos para julgamento ou tenham recebido o seu visto como relator ou revisor.
 - (D) independará de inspeção por junta médica, bastando somente um relatório de seu médico e, se concedida pelo Conselho da Magistratura, salvo contraindicação médica, Antônio poderá proferir decisões em processos que, antes da licença, lhe hajam sido conclusos para julgamento ou tenham recebido o seu visto como relator ou revisor.
 - (E) dependerá de inspeção por junta médica e, se concedida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, salvo contraindicação médica, Antônio poderá proferir decisões em todos os processos distribuídos à sua vara, mesmo que lhe hajam sido conclusos para julgamento após a licença.
-
41. Para a criação e classificação das Comarcas será considerado, dentre outros, o movimento forense dos municípios do Estado, no qual serão computados apenas os processos
- (A) cíveis, exceto das Varas de Família, que exijam sentença de que resulte coisa julgada.
 - (B) cíveis, inclusive das Varas de Família, independentemente da exigência de sentença judicial.
 - (C) cíveis, inclusive das Varas de Família, que exijam sentença de que resulte coisa julgada.
 - (D) de qualquer natureza que exijam sentença de que resulte coisa julgada.
 - (E) de qualquer natureza, independentemente da exigência de sentença judicial.
-
42. João e Vitória, depois de 10 anos de namoro, resolveram casar. Ocorre que, o juiz de paz e seus suplentes competentes para a habilitação e celebração do casamento estão impedidos de realizar tais atos. Nesse caso,
- (A) caberá ao juiz de paz impedido a nomeação de um novo juiz de paz competente na comarca ou na circunscrição que não possua qualquer impedimento.
 - (B) João e Vitória deverão aguardar seis meses, pois após esse prazo o impedimento cessa e, então, o juiz de paz da comarca ou circunscrição que estava impedido voltará a ser competente para habilitar e celebrar o casamento.
 - (C) caberá ao juiz de direito com competência para o Registro Civil, na comarca ou na circunscrição, a nomeação do juiz de paz *ad hoc*.
 - (D) João e Vitória deverão aguardar sessenta dias, pois após esse prazo o impedimento cessa e, então, o juiz de paz da comarca ou circunscrição que estava impedido voltará a ser competente para habilitar e celebrar o casamento.
 - (E) caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a nomeação do juiz de paz *ad hoc*.
-
43. O advogado João, 71 anos de idade, deseja ser nomeado para exercer o cargo comissionado de chefe do gabinete do desembargador Martim, seu amigo. De acordo com o Decreto nº 2.479/79, João
- (A) não poderá ocupar o cargo em comissão, pois a chefia de gabinete deve ser exercida por funcionário do próprio gabinete, com mais de 03 anos em sua função.
 - (B) não poderá ocupar o cargo em comissão, pois possui mais de 70 anos de idade.
 - (C) não poderá ocupar o cargo em comissão, pois a chefia de gabinete deve ser exercida por funcionário do próprio gabinete, com mais de 05 anos em sua função.
 - (D) poderá ocupar o cargo em comissão, desde que o Conselho da Magistratura aprove a nomeação.
 - (E) poderá ocupar o cargo em comissão, pois não há limite de idade para o exercício de cargo em comissão.



44. Marilene, ocupante de cargo em órgão da Administração Estadual direta em caráter efetivo, prestou, para cargo divergente daquele que ocupa, concurso público no qual foi habilitada nas provas e no exame de sanidade físico-mental e, então, designada para o estágio experimental. De acordo com o Decreto nº 2.479/79, Marilene, em regra,
- (A) não ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado até a sua aprovação no estágio experimental e consequente nomeação no concurso, e continuará recebendo o vencimento e as vantagens, com a perda do auxílio-moradia e do adicional por tempo de serviço.
 - (B) ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado com a perda das vantagens, do auxílio-moradia e do adicional por tempo de serviço, mas continuará recebendo o vencimento.
 - (C) ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado com a perda do vencimento, das vantagens e do auxílio-moradia, ressalvado o adicional por tempo de serviço.
 - (D) ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado, mas continuará recebendo o vencimento, as vantagens, o auxílio-moradia e o adicional por tempo de serviço.
 - (E) não ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado até a sua aprovação no estágio experimental e consequente nomeação no concurso, e continuará recebendo o vencimento, as vantagens, o auxílio-moradia e o adicional por tempo de serviço.
-
45. Mônica, Analista Judiciária da Área Judiciária, exerce função de direção de serventia judicial de primeira instância como titular. Mônica afastou-se da função por 28 dias e foi substituída por Bonifácio. De acordo com a Lei nº 4.620/05, Mônica
- (A) deixará de receber a gratificação de titularidade, pois se afastou por período superior a 15 dias, e Bonifácio assumirá suas funções em caráter eventual, recebendo apenas o valor da gratificação de substituto, correspondente ao percentual de trinta por cento sobre o vencimento do padrão inicial de analista judiciário.
 - (B) não deixará de receber a gratificação de titularidade, pois se afastou por período inferior a 30 dias, e Bonifácio assumirá suas funções em caráter eventual, recebendo apenas o valor da gratificação de substituto, correspondente ao percentual de vinte por cento sobre o vencimento do padrão inicial de analista judiciário.
 - (C) não deixará de receber a gratificação de titularidade, pois se afastou por período inferior a 30 dias, e Bonifácio assumirá suas funções em caráter eventual, recebendo o vencimento, as vantagens e o valor da gratificação de substituto, correspondente ao percentual de trinta por cento sobre o vencimento do padrão inicial de analista judiciário.
 - (D) deixará de receber a gratificação de titularidade, pois se afastou por período superior a 15 dias, e Bonifácio assumirá suas funções em caráter eventual, recebendo o vencimento, as vantagens e o valor da gratificação de substituto, correspondente ao percentual de vinte por cento sobre o vencimento do padrão inicial de analista judiciário.
 - (E) não deixará de receber a gratificação de titularidade, pois se afastou por período inferior a 30 dias, e Bonifácio assumirá suas funções em caráter eventual, recebendo apenas o valor da gratificação de substituto, correspondente ao percentual de trinta por cento sobre o vencimento do padrão inicial de analista judiciário.

GRUPO III

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

46. A Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 aponta que o diagnóstico de Esquizofrenia (F20) depende da presença de delírios, alucinações e outros sintomas típicos, que devem estar claramente presentes pela maior parte do tempo durante um período de
- (A) 1 mês ou mais.
 - (B) 3 meses ou mais.
 - (C) 1 ano ou mais.
 - (D) 6 meses ou mais.
 - (E) 15 dias ou mais.
-
47. Segundo o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-IV-TR*, a característica essencial do Transtorno Desintegrativo da Infância (299.10) consiste
- (A) em uma ansiedade excessiva envolvendo o afastamento de casa ou de figuras importantes de vinculação, após um período de, pelo menos, 5 anos de desenvolvimento aparentemente normal.
 - (B) no desenvolvimento de prejuízo no funcionamento neurocognitivo devido a uma condição médico-geral, em, pelo menos, duas áreas do funcionamento cognitivo, podendo incluir perturbações na memória, após um período de, pelo menos, 6 anos de desenvolvimento aparentemente normal.
 - (C) em limitações do funcionamento adaptativo em pelo menos duas das áreas de habilidades (comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, autossuficiência), após um período de, pelo menos, 3 anos de desenvolvimento aparentemente normal.
 - (D) em um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo, após um período de, pelo menos, 4 anos de desenvolvimento aparentemente normal.
 - (E) em uma regressão pronunciada em múltiplas áreas do funcionamento, após um período de, pelo menos, 2 anos de desenvolvimento aparentemente normal.



48. Transtorno de preferência sexual no qual ocorre uma inclinação por atividade sexual que envolve servidão ou a inflição de dor ou humilhação. Corresponde
- (A) ao voyerismo.
 - (B) ao fetichismo.
 - (C) à pedofilia.
 - (D) ao sadomasoquismo.
 - (E) ao exibicionismo.
-
49. Autores da abordagem psicanalítica acreditam que o portador de caráter antissocial tem um código moral falho, e sua capacidade de julgamento do que é certo ou errado está subordinado à satisfação
- (A) instintual.
 - (B) laboral.
 - (C) egóica.
 - (D) moral.
 - (E) cognitiva.
-
50. Delinquência
- (A) não é sinônimo de psicose sempre, mas todo psicopata apresenta sintomas semelhantes aos das psicoses, pois a presença de atos antissociais transgressivos é, antes de mais nada, um indicador de que o transgressor não percebe adequadamente as regras partilhadas em sociedade.
 - (B) é sinônimo de neurose sempre e todo psicopata é um criminoso porque apresenta uma falha de aprendizagem superegóica, pois a presença de atos antissociais transgressivos é, antes de mais nada, um indicador de que o transgressor funciona por meio de uma sociopatia.
 - (C) não é sinônimo de psicopatia e nem todo psicopata é um criminoso, pois a presença de atos antissociais transgressivos é, antes de mais nada, um critério externo, ou seja, social e legal.
 - (D) é sinônimo de psicopatia sempre e todo psicopata é um criminoso, pois a presença de atos antissociais transgressivos é, antes de mais nada, um critério importante para a definição de infração.
 - (E) é sinônimo de psicose sempre e todo psicopata apresenta transtorno psicótico de algum tipo, pois a presença de atos antissociais transgressivos é, antes de mais nada, um indicador de que o transgressor não funciona pelo teste de realidade, pondo-se em risco.
-
51. Na violência juvenil, estão entre os fatores de risco individuais para cometer a violência não sexual:
- (A) eventual comportamento de exposição a riscos, inteligência elevada, impulsividade ocasional e controle exagerado do comportamento.
 - (B) impulsividade, maior comportamento de exposição a riscos, hiperatividade e inteligência reduzida.
 - (C) bom desempenho escolar, inteligência médio superior, explosividade e eventual controle mental.
 - (D) forte controle do comportamento em geral, menor comportamento de exposição a riscos, inteligência normal e hipoatividade.
 - (E) atividade frenética, razoável controle do comportamento em geral, capacidade de atenção acentuada e bom desempenho educacional.
-
52. Erik H. Erikson apontou que a busca pela identidade, na adolescência, passa por uma *crise normativa*, propôs um *diagrama epigenético*, apresentando um quadro em que são anunciados os *conflitos ou crises* que caracterizam cada uma das etapas do desenvolvimento humano e preocupou-se em evitar os frequentes estigmas em torno das turbulências juvenis, legitimados sobre a forma de diagnósticos definitivos, inscrevendo a crise adolescente não só como própria ao processo de desenvolvimento da identidade, como condição necessária para tanto, chamando este momento de
- (A) processo transferencial.
 - (B) fase crítica.
 - (C) espaço potencial.
 - (D) moratória psicossocial.
 - (E) fenômeno transicional.
-
53. A abordagem winnicottiana apontou a importância da criança poder confiar em seus pais (ou pessoas que a cercam) e de que cada criança gradualmente adquira um senso de segurança e entende que boas condições nos estágios iniciais de desenvolvimento conduzem a um senso de segurança, que leva
- (A) à autoaliança.
 - (B) à heterocolisão.
 - (C) ao automerecimento.
 - (D) à autogestão.
 - (E) ao autocontrole.



54. Jean Bergeret, autor importante no estudo das drogadições, menciona que há uma extraordinária densidade estabelecida nas relações parentais do dependente de drogas. Chama a atenção para a incidência de episódios psiquiátricos nos pais dos drogadictos. Dentre eles identifica:
- (A) anorexia, bulimia ou transtornos alimentares em geral.
 - (B) apatia, transtornos bipolares e/ou de ansiedade generalizada.
 - (C) estados delirantes, sintomas esquizofrênicos e distúrbios na sensopercepção.
 - (D) estados depressivos, alcoolismos e dependência de outras drogas, superconsumo de psicotrópicos, condutas de automedicação.
 - (E) psicopatia, condutas de instabilidade afetiva e síndrome do pânico.
-
55. No tratamento da violência doméstica, os programas de terapia cognitivo-comportamental (TCC) focam no manejo da raiva e na identificação de padrões, que provavelmente conduzem à raiva e à violência nesses relacionamentos, de
- (A) conduta e aprendizados inadequados.
 - (B) amor e confiança mútua.
 - (C) justiça e intercâmbios interpessoais.
 - (D) sentimentos ou inadequações morais.
 - (E) pensamento ou distorções cognitivas.
-
56. A Resolução CFP nº 007/2003 que instituiu O Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, estabeleceu que, quanto à guarda dos documentos e condições de guarda, os documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica, bem como todo o material que os fundamentou, deverão ser guardados, observando-se a responsabilidade por eles tanto do psicólogo quanto da instituição em que ocorreu a avaliação psicológica, pelo prazo mínimo de
- (A) 2 anos, salvo os casos em que os pais confirmem o interesse em realizar novas avaliações e obter relatórios psicológicos futuros, para verificarem a progressão das questões apontadas.
 - (B) 3 anos, salvo os casos em que os responsáveis pelo menor dispensem a guarda do laudo psicológico, situação em que o psicólogo pode se desfazer dos documentos, sem preocupação.
 - (C) 5 anos, salvo os casos em que o prazo poderá ser ampliado nos casos previstos por lei, por determinação judicial ou em casos específicos em que seja necessária a manutenção da guarda por maior tempo.
 - (D) 4 anos, salvo os casos que tratam de avaliação psicológica para determinação de guarda de filhos, destituição de pátrio poder ou interdição.
 - (E) 10 anos, salvo os casos em que o laudo psicológico tenha sido entregue concomitantemente aos responsáveis pelo menor e ao Poder Judiciário, que manterá o documento arquivado nos autos, no Tribunal de Justiça.
-
57. M.L.S. de Ocampo e M.E.G. Arzeno, na obra *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas*, concordam que, em um psicodiagnóstico, a entrevista inicial é semidirigida quando o paciente
- (A) tem liberdade para expor seus problemas começando por onde preferir e incluindo o que desejar.
 - (B) interroga o psicólogo sobre as questões que deseja esclarecer e o psicólogo estrutura suas perguntas a partir deste enquadre inicial.
 - (C) é interrogado sobre os motivos da consulta e responde a perguntas do terapeuta, porém sem liberdade para modificar a ordem dos temas apresentados.
 - (D) começa respondendo a um questionário e depois poderá conversar livremente sobre as respostas dadas por ele.
 - (E) dirige a entrevista escolhendo os principais temas a tratar com o entrevistador, sem que este interfira nas escolhas.
-
58. O objetivo das intervenções da saúde pública no campo das substâncias psicoativas é prevenir as consequências adversas do consumo dessas substâncias, sendo que há duas posições políticas principais com respeito às drogas ilícitas: uma é a redução de oferta e demanda e a outra é a redução de
- (A) venda.
 - (B) uso total.
 - (C) danos.
 - (D) produção.
 - (E) disponibilidade.



59. A internação compulsória de pessoas portadoras de transtornos mentais é determinada
- (A) pelo promotor de justiça que lavrará laudo técnico após o encaminhamento do doente para estabelecimento próprio.
 - (B) pelo juiz competente que levará em conta a segurança do estabelecimento quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.
 - (C) pelo delegado de polícia que o encaminhará a um hospital geral juntamente com um familiar.
 - (D) exclusivamente por solicitação da família do doente.
 - (E) apenas com o consentimento da família e do Conselho Federal de Psicologia.
-
60. Em se tratando da avaliação psicológica realizada no contexto forense é possível dizer que as entrevistas
- (A) não devem se prestar a confirmar a validade dos achados e dos próprios métodos utilizados.
 - (B) devem extrapolar o objetivo da investigação do mundo interno do avaliando, para valorizar, também, aspectos de sua realidade objetiva.
 - (C) são idênticas àquelas realizadas no modelo clínico já que os objetivos e a metodologia são iguais.
 - (D) não devem pressupor situações ligadas à dissimulação e simulação do entrevistado.
 - (E) desconsideram informações e fatos ocorridos no passado focando apenas o momento presente da situação.
-
61. A entrevista investigativa possui sua fundamentação teórica baseada em pesquisas empíricas da área
- (A) do Psicodrama.
 - (B) do Transculturalismo.
 - (C) da Psicologia Junguiana.
 - (D) da Psicologia Cognitiva.
 - (E) da Bioética.
-
62. A atuação do psicólogo no âmbito do sistema prisional está regulamentada pela Resolução nº 012/2011 do Conselho Federal de Psicologia. No tocante à determinação para a elaboração de exame criminológico ou outros documentos escritos com a finalidade de instruir processo de execução penal, caberá ao psicólogo
- (A) somente realizar perícia psicológica a partir dos quesitos elaborados pelo demandante e dentro dos parâmetros técnico-científicos e éticos da profissão.
 - (B) somente realizar exames de avaliação familiar no âmbito psicossocial do apenado.
 - (C) elaborar laudo pericial fundamentando a aferição da periculosidade do indivíduo.
 - (D) realizar a perícia nos casos em que atua como profissional de referência para o acompanhamento da pessoa em cumprimento da pena.
 - (E) a realização de perícia psicológica acompanhada de prognóstico criminológico de reincidência.
-
63. Uma conceituação teórica mais recente da relação entre Psicologia e Direito é chamada de *Jurisprudência Terapêutica* conforme ensina Matthew T. Huss na obra *Psicologia Forense* (2011). NÃO corresponde ao conceito de *Jurisprudência Terapêutica*:
- (A) a lei nunca tem um impacto fora da rotina da culpa ou inocência de um acusado ou a negligência de um acusado em uma causa civil.
 - (B) possibilita melhorias na administração e aplicação da lei.
 - (C) os psicólogos forenses devem se ater às consequências da lei e do sistema legal quando dão assistência aos tribunais.
 - (D) a lei importa além das leis de uma sala de audiência e pode ter um impacto profundo na prática da psicologia forense.
 - (E) inclui não só o impacto da lei codificada ou da jurisprudência, mas também o processo legal menos formal que pode focar as ações dos juízes ou advogados.
-
64. Sobre a Escuta de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, o Conselho Federal de Psicologia, na Resolução de nº 010/2010, menciona que o psicólogo deve obedecer os itens constantes do documento. Desses, é INCORRETO:
- (A) Contribuirá para a não revitimização.
 - (B) Respeitará o desejo de livre manifestação do atendido.
 - (C) Deverá ter o papel de inquiridor.
 - (D) Trabalhará em rede sempre que possível, realizando os encaminhamentos necessários à atenção integral, de acordo com a legislação.
 - (E) Compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado com outros profissionais.



65. Nada mobiliza tanto a mídia e a sociedade como crimes cometidos por jovens infratores. Uma das propostas que vêm sendo apresentadas como alternativa aos paradigmas da justiça criminal atual chama-se *Justiça Restaurativa*. Nesse modelo, tem-se
- (A) apenas a punição exemplar do criminoso.
 - (B) a exclusão total da vítima.
 - (C) o crime entendido apenas como um ato de violação da lei.
 - (D) que a comunidade não deve ter um papel ativo na oferta de recursos necessários para a reparação do dano.
 - (E) que sua aplicação só pode ocorrer àqueles infratores que admitirem a sua culpa.
-
66. No Estatuto do Idoso, há um capítulo denominado "Do Direito À Saúde" que prevê que as instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades básicas do idoso, promovendo
- (A) a capacitação e a orientação dos profissionais bem como a orientação a cuidadores familiares e grupos de autoajuda.
 - (B) a captação de auxílio-residência para que os idosos reassumam seus locais de moradia bem como o treinamento de empregadores.
 - (C) o afastamento dos familiares já que a quebra de vínculos é um pressuposto para que o idoso se adapte ao novo lar.
 - (D) o fechamento dos locais que não tiverem advogados plantonistas para atender e orientar o idoso.
 - (E) a alfabetização daqueles que ainda não passaram pela escolarização mínima.
-
67. O psicólogo, na produção de documentos decorrentes do atendimento de Crianças e Adolescentes em situação de violência, considerará a importância
- (A) dos Conselhos Tutelares.
 - (B) do Conselho de Direitos e Defesa da Criança.
 - (C) do vínculo estabelecido com o atendido.
 - (D) do que foi acordado com a instituição escolar.
 - (E) da equipe de saúde.
-
68. O Estatuto da Criança e do Adolescente, atualizado com a Lei nº 12.010/2009 que se refere à Lei Nacional de Adoção, prevê que a adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil somente terá lugar quando
- (A) a família tiver convivido, em seu país de origem, previamente com o adolescente por, no mínimo, 1 mês.
 - (B) o adolescente for consultado e preparado para essa ação, mediante parecer elaborado por equipe interprofissional.
 - (C) os interessados na adoção gozarem de melhor poder aquisitivo do que a família de origem.
 - (D) a família adotante apresentar documento habilitando-a pela legislação de seu país de origem com validade máxima de dois anos.
 - (E) os interessados submeterem-se a estágio de convivência de, no mínimo, 120 dias no Brasil.
-
69. Em relação aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher criados pela Lei nº 11.340/2006, tem-se que a participação do psicólogo está prevista
- (A) nos Conselhos Tutelares.
 - (B) nas Organizações Não Governamentais (ONGs).
 - (C) apenas no momento em que decorre a audiência entre agressor e agredida.
 - (D) na equipe de atendimento multidisciplinar.
 - (E) somente quando houver criança e/ou adolescente envolvidos na situação de violência doméstica.
-
70. Aos doentes mentais que transgrediram o Código Penal cabe a aplicação de uma providência preventiva, que tem lugar após o crime, mas não em razão dele, pois não visa atribuir culpa ao doente mental infrator da lei, mas impedir um novo perigo social. Esse conceito é atribuído a
- (A) Incidente de Insanidade Mental.
 - (B) Medida de Segurança.
 - (C) Profilaxia Criminal.
 - (D) Penalidade Alternativa.
 - (E) Forma Alternativa de Resolução de conflito.

**DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO****QUESTÃO 1**

Maria e João foram casados por 8 anos e tiveram a filha Manuela (todos os nomes são fictícios). Separaram-se quando ela possuía 3 anos de idade, ficando a criança sob a guarda materna com ampla visitação paterna.

Ambos casaram-se novamente sendo que João tem uma filha do novo relacionamento e reside em uma cidade que fica a, aproximadamente, 120 quilômetros da capital.

Maria e João são funcionários públicos, sendo ela atuante em um setor administrativo e ele na área técnica ligada a investigações policiais.

A filha Manuela ao ingressar no ensino fundamental começou a apresentar dificuldade para a alfabetização e apesar de terem acordado sobre a escola em que a filha estudaria, começam a discordar sobre a condução da aquisição do processo cognitivo.

João menciona que ficou patente para ele a defasagem da filha quando sua outra criança (do atual casamento) começou a se desenvolver mais rapidamente.

Vão juntos a diversos médicos, psicólogos, psicopedagogos e inclusive reúnem-se frequentemente com a equipe pedagógica da escola.

Ambos fazem uma escuta diferente sobre a problemática da filha. João entende que a menina é portadora de TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e que deve ser medicada para poder acompanhar os estudos. Maria não entendeu isso, mas sim que a filha necessita de acompanhamento especializado para ser conduzida de forma diferenciada nesse processo de aquisição da alfabetização, o que não inclui medicação.

Na impossibilidade de entrarem em um acordo, João entra com um processo de modificação de guarda, explicando que é a forma encontrada para mobilizar a mãe a tratar de Manuela adequadamente.

Os autos são fartamente ilustrados por laudos e pareceres de profissionais que ambos juntaram. Tal documentação também se divide sobre a condução do caso de Manuela.

O juiz determina perícia psicológica e social.

Pergunta-se:

Como você conduziria essa avaliação psicológica do caso com fins periciais?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



QUESTÃO 2

Um casal de namorados vive uma estória proibida. Vamos chamá-los de Pedro e Adelina. Ele é casado e pai de 3 filhos, ela é funcionária da empresa dele e necessita do emprego para se manter.

Como ele não aceitava romper a relação conjugal por entender que a família era extremamente dependente dele, a então namorada sai da cidade indo residir em outro Estado do país.

Ele, desesperado vai atrás dela, insiste em uma reconciliação e consegue demovê-la da ideia do rompimento amoroso. Ela permanece morando na cidade escolhida e ele a visita periodicamente.

Adelina engravida e dá a luz a uma menina que imediatamente Pedro registra e passa a dar amor, carinho e conforto material. Ficou muito feliz com o nascimento da pequena Luana.

A criança é conhecida na escola que frequenta pelo sobrenome do pai, que era similar a de um famoso técnico de futebol e vai com os pais a eventos sociais da comunidade escolar sempre que possível.

Ocorre que na festa de aniversário de 6 anos de Luana, uma parente da genitora, já um pouco alcoolizada insinua que Luana não deveria ser filha de Pedro, pois tinha totalmente as feições de um namorado antigo de Adelina, que vivia na cidade e frequentava até a pouco tempo sua residência. Pedro ao ouvir isso, desconsiderou naquele momento, mas depois questionou Adelina que negou veementemente.

Pedro pede um exame de DNA e Adelina sente-se ofendida negando-o. Pedro traz a criança para sua cidade, realiza o exame que indica reduzidas possibilidades dele ser o pai (em torno de 1%).

Adelina se defende dizendo que Pedro nem permitiu que ela discutisse com ele o assunto, pois ao anunciar a gravidez ele imediatamente passou a fazer planos e adequar a vida do casal para receber Luana. Adelina então se calou sobre a possibilidade da criança não ser de Pedro.

Na atualidade, ele entra com uma ação judicial para ter a sua paternidade retirada da certidão de Luana e Adelina luta para que seja mantida, já que a criança está totalmente identificada com a figura de Pedro, enquanto seu pai.

O juiz determina avaliação psicológica do caso para que haja a ponderação do que vem a ser o melhor interesse da criança.

Como você organizaria o estudo psicológico?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	